

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho): Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: General desiste da Infraestrutura; governo criará pasta da Cidadania	2
Título: Primeira etapa de acelerador de partículas é inaugurada.....	3
Título: Em troca de apoio	5
Título: Congresso vai acelerar votação de projeto do pré-sal	7
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	8
Título: Novo governo quer antecipar mudanças no setor elétrico	8
Título: Sirius: nova fronteira da ciência brasileira	9
Título: Dólar recua para R\$ 3,78, e Bolsa sobe puxada pelas ações de Petrobras e JBS	11
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	12
Título: Solavancos nos preços do petróleo	12
Título: Sem privatizar Eletrobrás, União terá de cortar R\$ 12 bi	14
Título: Lorenzoni fala em criar Ministério da Cidadania	14
Título: Guedes promete dividir com Estados recursos do megaleilão do pré-sal	16
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	17
Título: Queda do petróleo afeta contas públicas	17
Título: Gasolina baixa só na refinaria	19
Título: Duas MPs tratam da venda da Amazonas	20

VEÍCULO: O Globo**Data: 15/11/2018****Seção: O País****Autor: Vinícius Sassine****Título: General desiste da Infraestrutura; governo criará pasta da Cidadania**

O general da reserva do Exército Osvaldo Ferreira, que havia sido convidado para assumir o Ministério da Infraestrutura, desistiu de integrar o primeiro escalão do governo. A futura pasta será uma junção dos ministérios dos Transportes, dos Portos e da Aviação Civil. Uma alternativa para ele seria uma secretaria dentro do Palácio do Planalto com influência direta sobre a pasta de **Infraestrutura e a de Minas e Energia**, o que também não deve ocorrer. Um dos generais mais atuantes na elaboração de propostas para a campanha de Bolsonaro, e também um dos principais nomes do grupo de transição, ele deverá ficar fora do governo. Ontem, ficou praticamente acertado que Ferreira não estará à frente nem de uma pasta nem de outra.

A interlocutores, o general tem dito que não tem projeto de vida de ser ministro e que vai optar pela aposentadoria — ele já está na reserva do Exército. Ferreira negou a ideia de comandar a Infraestrutura e não ouviu de Bolsonaro qualquer proposta de ser colocado dentro do Planalto. Ao longo do dia, em seus últimos compromissos de sua segunda viagem a Brasília após ser eleito, Bolsonaro manifestou a autoridades com quem esteve reunido que havia ouvido um “não” de Ferreira. Agora, Bolsonaro procura outro general para o posto. As circunstâncias sobre essa reviravolta ainda são desconhecidas. Ferreira sempre teve um perfil técnico, voltado inicialmente para assuntos de infraestrutura, área que detém conhecimento por ter estado à frente do Departamento de Engenharia do Exército.

Responsável por coordenar a transição de governo, o deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS), informou ontem que a administração de Jair Bolsonaro contará com um Ministério da Cidadania. Segundo o futuro ministro-chefe da Casa Civil, a pasta será responsável pelas áreas de desenvolvimento social, direitos humanos e políticas de combate às drogas, e deve substituir os atuais ministérios do Desenvolvimento Social e do Direitos Humanos. — O Ministério do Trabalho ficará junto com a “produção” ou vai para um outro ministério chamado de Cidadania, que aí tem lá o Desenvolvimento Social, os Direitos Humanos. Para a gente poder sair de 30 ministérios para 15, tu tem que fazer essa concentração — disse Onyx, à Rádio Gaúcha.

VEÍCULO: O Globo**Data: 15/11/2018****Seção: Sociedade****Autor: Renato Grandelle*****Título: Primeira etapa de acelerador de partículas é inaugurada**

Maior estrutura científica do país, Sirius beneficiará áreas que vão da agricultura ao desenvolvimento de remédios

Uma estrutura de 68 mil metros quadrados, construída com 900 toneladas de aço e composta por mil quilômetros de cabos elétricos mudou o cenário da zona rural de Campinas e ampliou o horizonte da ciência brasileira. Trata-se do acelerador de partículas Sirius, cuja primeira etapa foi inaugurada ontem.

O equipamento, que custou R\$ 1,8 bilhão, tem como principal finalidade a geração da luz síncroton, cujo altíssimo brilho permite a revelação de diversos materiais orgânicos e inorgânicos, como proteínas, vírus e ligas metálicas. Por conta dessa variedade, estima-se que as pesquisas desenvolvidas no complexo beneficiarão diversos setores econômicos, da agricultura à extração de petróleo no pré-sal.

A primeira fase consiste na conclusão das obras civis e da montagem de dois dos três aceleradores de elétrons. O último, que é também o principal, deve ser entregue no final de 2019, quando a estação será aberta para os cientistas. As 13 estações de pesquisa estarão disponíveis até 2021. O número pode ser gradualmente ampliado, de acordo com a demanda, chegando a até 38 estações experimentais.

Só é possível obter luz síncroton quando feixes de elétrons com espessura 35 vezes menor que um fim de cabelo são acelerados até atingir uma velocidade próxima à da luz (300 mil km/s). Os elétrons viajam dentro de túneis de vácuo, ao longo de uma circunferência de 518 metros. Sua trajetória é guiada por mais de mil ímãs. A luz síncroton é emitida quando os ímãs obrigam os elétrons a "mudar seu rumo".

— O síncroton funciona como um grande microscópio que nos permitirá ver átomos e moléculas fundamentais para atuarmos, por exemplo, no desenvolvimento de novos fármacos para doenças negligenciadas, como a zika e a febre amarela, além de vacinas para o câncer — explica o pesquisador Douglas Galante, do Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (LNLS).

— Na área de ciências materiais, conseguiremos aumentar a eficiência de células fotovoltaicas. Desta forma, teremos baterias de maior validade.

PRODUTIVIDADE NO CAMPO

Segundo Galante, as pesquisas no acelerador permitirão também o fortalecimento das vigas metálicas de equipamentos usados no estudo de rochas em que o petróleo fica armazenado. E ainda reforçar a produtividade no campo, já que poderá aumentar o aproveitamento de insumos.

O presidente Michel Temer e o ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações Gilberto Kassab, que participaram da cerimônia de inauguração do Sirius ontem, ressaltaram que o projeto é a maior e mais complexa infraestrutura científica já construída no país.

Mais de 300 empresas foram contratadas para participar da montagem e de seu desenvolvimento tecnológico. Para proteger os experimentos de vibrações, optou-se por usar um piso constituído de uma única peça de concreto armado, de 90 centímetros de espessura. A temperatura na área dos aceleradores não poderá variar mais que 0,1 grau Celsius.

Yves Petroff, diretor do LNLS, avalia que o Sirius será uma "ferramenta essencial" na superação de desafios tecnológicos modernos:

— Os parâmetros para a sua construção vão melhorar quantitativamente as características de experimentos que já são feitos hoje, reduzindo o tempo de aquisição dos dados e aumentando a precisão dos resultados das medidas — explica.

— Mas, principalmente, o equipamento vai possibilitar uma mudança qualitativa das pesquisas dos usuários, permitindo que eles façam pesquisas que atualmente são impossíveis no país.

Diretor do Centro Nacional de Pesquisa em energia e Materiais (CNPEM) e do Projeto Sirius, Antonio José Roque assinala que o espaço será aberto para receber cientistas de todo o mundo e aumentar a competitividade da ciência brasileira.

— Como é uma máquina de tecnologia sofisticada, o Sirius tem um potencial enorme de atratividade de pesquisadores de ponta. Isso vai trazer para o Brasil possibilidades de cooperação que podem ser muito interessantes — destaca.

* Com agências

VEÍCULO: O Globo**Data: 15/11/2018****Seção: Economia****Autor: Manoel Ventura, Amanda Almeida E Robson Bonin****Título: Em troca de apoio**

Guedes propõe dividir receita de megaleilão

BRASÍLIA- Em seu primeiro encontro com os novos governadores, o presidente eleito, Jair Bolsonaro, e seu futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, fizeram um gesto de aproximação e prometeram dividir com estados e municípios parte da arrecadação que será obtida com um megaleilão do pré-sal.

Em troca, pediram apoio para aprovar reformas como a da Previdência, mas não exigiram diretamente o cumprimento de medidas de ajuste fiscal pelos governos. Para Bolsonaro, o Brasil precisa aprovar medidas "amargas" para não ficar como a Grécia.

O leilão do pré-sal pode render R\$ 100 bilhões aos cofres públicos. Porém, a licitação depende de um acordo entre União e Petrobras e da aprovação de um projeto de lei no Congresso. E, embora o montante previsto seja elevado, parte dele, R\$ 30 bilhões, deve ir para as mãos da Petrobras. Além disso, Guedes precisará desse dinheiro para reduzir o rombo das contas do governo federal. Mesmo assim, ele abriu as portas para governadores e prefeitos:

— Está todo mundo apertado junto. Se arrecadar esses R\$ 100 bilhões, eu vou pegar isso aí, e a gente pode passar para estados e municípios, para todo mundo pelo princípio do pacto federativo. Agora, o que não pode é atrapalhar a tramitação. Se for mudar, enfiar uma emenda lá, aí já atrasa — afirmou Guedes aos governadores.

Essa é uma sinalização da estratégia que Guedes pretende colocar em prática na relação do governo Bolsonaro com o Congresso. A ideia é negociar as pautas de interesse do governo no Legislativo prioritariamente com os governadores e não com os parlamentares.

— Querem ajuste (tributário) mais rápido? Participem da reforma previdenciária conosco. Façam um sacrifício — disse Guedes.

Em discurso, ele afirmou que "o modelo econômico perverso corrompeu a classe política", que não teria margem para atuar com a maior parte do dinheiro já comprometido. E pediu apoio dos governadores a reformas: — Se a classe política fizer a reforma aceleradamente, o recurso é descentralizado aceleradamente. Se fizer devagar, é descentralizado devagar.

O futuro ministro disse aos governadores que o projeto que viabiliza o leilão precisa ser aprovado rapidamente. A própria divisão dos recursos com estados e municípios poderia constar no projeto, desde que não atrapalhe o andamento da proposta. O presidente do Senado, Eunício Oliveira, disse que vai estudar com técnicos do Congresso como viabilizar a partilha no texto sem que o projeto precise ser novamente analisado pela Câmara, onde já foi aprovado.

Como o projeto só trata da medição e da forma de venda do petróleo, Guedes poderá seguir dois outros caminhos: editar uma medida provisória que permita o repasse via fundos de participação ou fazer por meio de convênios.

DIVERGÊNCIA SOBRE REFORMA

O projeto facilita o fechamento de uma renegociação entre União e Petrobras em torno do contrato da cessão onerosa (acordo pelo qual a estatal obteve o direito de explorar 5 bilhões de barris da camada pré-sal). Como esses campos têm mais petróleo do que o previsto, depois que o contrato for renegociado, o governo poderá leiloar o excedente.

Ao abrir a reunião com governadores, Bolsonaro defendeu a necessidade de reformas e disse que algumas medidas a serem tomadas são "amargas":

— Queremos que todos se tornem responsáveis pelo futuro da nação. As principais reformas passam pela Câmara e pelo Senado. As pessoas têm a perfeita noção do que tem de ser feito. Algumas medidas são um pouco amargas. Mas não podemos tangenciar com a possibilidade de nos transformarmos naquilo que a Grécia passou, por exemplo.

Os governadores chegaram ao encontro com Guedes e Bolsonaro com a expectativa de receber ajuda da União para solucionar a situação dos estados, que passam por grave crise financeira. Segundo documento divulgado esta semana pelo Tesouro Nacional, 14 estados apresentam comprometimento de receitas com despesas de pessoal acima do limite de 60% previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal.

O governador eleito de São Paulo, João Doria (PSDB), disse que o grupo vai apoiar a reforma. Já o governador eleito do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), fez ressalvas e afirmou que parte dos governadores defende "alterações" no que vem sendo negociado. Entre os pontos, está a diferenciação de tratamento entre trabalhadores rurais e urbanos e entre homens e mulheres:

— Há consenso sobre a necessidade da reforma, mas é necessário que direitos, principalmente os sociais, sejam garantidos para não penalizar as pessoas mais carentes.

O governador do Piauí, Wellington Dias (PT), defendeu ser preciso encontrar uma alternativa que ajuste as contas e respeite direitos: — Não é razoável que se trabalhe com medidas que tenham impacto mais forte sobre os mais pobres. É preciso chegar no que é privilégio.

VEÍCULO: O Globo

Data: 15/11/2018

Seção: Economia

Autor: GERALDA DOCA

Título: Congresso vai acelerar votação de projeto do pré-sal

Em jantar de Guedes com presidentes da Câmara e do Senado, ficou definido que tramitação será rápida, só depende de quórum

BRASÍLIA- Um projeto de lei que abre caminho para a realização de um megaleilão de petróleo do pré-sal foi o principal prato do cardápio de um jantar na terça-feira entre o presidente do Senado, Eunício Oliveira, representantes da atual equipe econômica e o ministro da Economia do novo governo, Paulo Guedes. Os recursos estimados com o leilão, de mais de R\$ 100 bilhões, vão ajudar a reduzir o rombo das contas públicas. E devem ser partilhados com estados e municípios, conforme a promessa de Guedes aos governadores.

O projeto facilita o fechamento de renegociação entre União e Petrobras em torno da revisão de contrato que abre espaço para a realização do leilão.

Até agora, porém, não havia articulação da equipe do presidente eleito, Jair Bolsonaro, para aprovar o projeto, que passou pela Câmara e está pronto para ser incluído na pauta do plenário do Senado.

O jantar, mediado pelo atual ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, foi uma forma de resolver o mal estar entre a equipe do novo governo e o Congresso, após uma sucessão de embates. Primeiro, Guedes mandou dar uma "prensa" nos parlamentares para aprovar projetos de interesse do governo.

Depois, Bolsonaro cancelou sem explicações uma reunião com Eunício. A aprovação do aumento dos ministros do Supremo Tribunal Federal pelo Senado e declarações de Eunício de que não se importava com o novo governo teriam sido o motivo, segundo auxiliares do presidente eleito.

Segundo interlocutores do presidente do Senado, o jantar foi amistoso e Guedes foi "simpático e cordial". O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, participou do evento. Ficou acertado que o projeto poderia ser colocado em votação o mais rápido possível, até na semana que vem. Mas dependerá de quórum.

— Esse projeto é muito importante para o futuro governo porque vai ajudar no ajuste fiscal. Por isso, tem que ter quórum. Não dá para arriscar — afirmou o senador Romero Jucá (MDB-RR).

A equipe de Bolsonaro espera usar R\$ 60 bilhões dos recursos do megaleilão para abater o déficit primário previsto para 2019, de R\$ 139 bilhões.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 15/11/2018

Seção: Colunas

Autor: Maria Cristina Frias

Título: Novo governo quer antecipar mudanças no setor elétrico

Mercado Aberto

A equipe de transição do governo Jair Bolsonaro planeja antecipar mudanças no setor elétrico previstas para o período de 2020 a 2026.

O grupo quer para o mais cedo possível alterações como a abertura do mercado livre para clientes residenciais, determinada para 2026, e uma Bolsa para contratos futuros, cujo estudo inicial deverá ser entregue em 2020.

Esse é o calendário estipulado na proposta do novo marco regulatório, que tramita no Congresso.

Em um cenário ideal, as modificações ocorreriam em 2019, diz um integrante do time de Bolsonaro —há, no entanto, dificuldades para que sejam implementadas.

Uma delas é que as antecipações implicariam revisões de contratos em vigência, e não há intenção de alterá-los.

Existem também restrições técnicas e questões políticas que precisam ser resolvidas.

Um dos responsáveis pela área de energia não diz quais as datas de implementação das novidades no marco regulatório —os prazos serão discutidos com agentes de mercado, e não decididos em uma sala, segundo ele.

“Não dá para mudar de um dia para o outro; haveria desequilíbrios de contratos, mas o calendário atual da modernização é muito longo”, diz João Carlos Mello, presidente da consultoria Thymos.

A fusão do ministério de energia com o de Transportes, que foi estudada, não deverá acontecer.

Outra questão pendente, a privatização da Eletrobras, ainda está em estudo. Não se sabe se ocorrerá e de que forma. O aumento de capital sem que a União dê a contrapartida não está descartado.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 15/11/2018

Seção: Tendências/Debates

Autor: Gilberto Kassab

Título: Sirius: nova fronteira da ciência brasileira

Acelerador de partículas será um marco para o país

Engenheiro, economista e ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (PSD) desde maio de 2016; ex-prefeito de São Paulo (2006-2012)

Nesta quarta-feira (14), em Campinas, foi dada a partida na mais complexa infraestrutura de pesquisa científica já construída no país. É o Sirius — um acelerador de partículas, em que um feixe de elétrons circula em um grande anel com velocidade próxima à da luz e, ao passar por ímãs, sofre mudança de direção capaz de gerar uma fonte especial de luz de alto brilho e amplo espectro, a luz síncrotron.

Com a presença de cientistas, pesquisadores, do corpo técnico do Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (LNLS) — vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTic) —, do professor Rogério Cezar de Cerqueira Leite e do presidente Michel Temer (MDB), entre outras personalidades, pela primeira vez um elétron "passeou" neste caminho.

A energia do feixe de luz pode penetrar profundamente até em materiais densos, como rochas, polímeros e metais, produzindo imagens nítidas de estruturas nas escalas atômica e molecular. O que soa complicado é, no entanto, luminoso.

Sirius é a estrela mais brilhante do céu noturno e pode ser vista de qualquer ponto na Terra. Empréstimo o nome ao Sirius do Brasil, impressionante laboratório multipropósito, abrigado em edifício de 68 mil m² de área construída. Sua

estrutura foi projetada para atender a padrões de estabilidade mecânica e térmica sem precedentes.

Tê-lo em progressiva operação, a partir de 2019, vai permitir diferentes pesquisas em áreas como saúde, energia e meio ambiente. Orçado em R\$ 1,8 bilhão, é financiado pelo MCTic e já teve repasses de R\$ 1,2 bilhão.

O Brasil já possui uma fonte desse tipo, de segunda geração, a UVX, também no LNLS, em Campinas. Foi a primeira fonte de luz síncrotron do hemisfério sul.

De fato, o salto tecnológico entre as duas gerações permitirá que as imagens alcancem uma resolução muito superior. Isso não diminui a importância do UVX, que prestou relevante papel à produção científica e à sua função social, por exemplo identificando a estrutura da proteína responsável pelo vírus da zika.

Das 50 fontes de luz síncrotron no mundo, pouco mais de 20 são de terceira geração. O Sirius terá nos próximos anos dois competidores de quarta geração: um em operação desde 2016 em Lund, na Suécia, e outro que começará a ser montado em breve na França — além dessas fontes, outras 13 de quarta geração estão em planejamento.

Quando em plena atividade, o Sirius estará na vanguarda, fornecendo a fonte mais avançada do mundo e também com maior brilho dentre todos os equipamentos na sua classe de energia, habilitando o Brasil a produzir ciência competitiva internacionalmente por pelo menos uma década à frente.

O Sirius foi projetado pelas próprias equipes do LNLS, e cerca de 90% dos componentes e sistemas foram desenvolvidos ali ou produzidos sob encomenda por empresas brasileiras.

Destaco ainda a atuação da Finep (Financiadora de Estudos e Projetos) e da Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), que fizeram seleção pública conjunta para desenvolvimento de componentes críticos do anel de aceleração. Oito empresas foram selecionadas para superar desafios científicos e tecnológicos, como, por exemplo, produção de eletroímãs, detectores de raios X e espelhos de rugosidade nanométrica. Esse esforço qualificou as empresas aprovadas não apenas como fornecedoras do LNLS, mas também para a oferta de soluções em nível mundial.

A concepção e os projetos executivos do Sirius foram realizados por físicos, engenheiros e técnicos brasileiros, submetidos inicialmente a um comitê científico internacional.

Ciência e tecnologia são transversais, estão presentes nos mais diferentes campos da sociedade e contribuem fortemente com o desenvolvimento econômico. Tenho convicção de que esta quarta-feira foi um dia histórico.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 15/11/2018

Seção: Mercado

Autor:

Título: Dólar recua para R\$ 3,78, e Bolsa sobe puxada pelas ações de Petrobras e JBS

Após uma esticada no último pregão, o dólar fechou em baixa ante o real nesta quarta (14), em movimento de correção amplificado pela recuperação mais generalizada de moedas emergentes.

O dólar comercial caiu 1,25%, cotado a R\$ 3,784. Na véspera, fechou a R\$ 3,832, patamar considerado exagerado por alguns operadores.

No exterior, 18 das 31 principais divisas do mundo se valorizaram em relação ao dólar, influenciadas por dados americanos que mostraram uma inflação em linha com a expectativa do mercado para outubro.

O IPC (índice de Preços ao Consumidor) subiu 0,3% no mês passado. O resultado aliviou preocupações sobre um aperto monetário mais rápido por parte do banco central dos Estados Unidos, o que tende a retirar recursos de países emergentes e fortalecer o dólar globalmente.

O Ibovespa, índice que reúne as ações mais negociadas no Brasil, viveu um dia de oscilações, mas acabou fechando em alta, na contramão dos mercados internacionais, graças à disparada da JBS e conforme a Petrobras se sustentou no campo positivo.

O indicador subiu 1,25%, a 85.973,06 pontos. O volume financeiro somou R\$ 19,6 bilhões, em sessão marcada também pelo vencimento dos contratos de opções do Ibovespa.

Os papéis da Petrobras avançaram 3,55% (preferenciais) e 1,84% (ordinários), com os preços do petróleo subindo quase 1%, após um tombo de cerca de 7% na véspera.

A Petrobras foi beneficiada ainda pela sinalização do presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE), de que o projeto de lei que trata do contrato da cessão onerosa, que deve viabilizar um megaleilão de petróleo excedente na área no pré-sal, pode ser votado na Casa na próxima semana.

Já a JBS avançou 16%, com os papéis a R\$ 11,40, encerrando na maior cotação de fechamento desde março de 2017, antes do escândalo de corrupção gerado pela delação de executivos da empresa.

O salto nesse pregão ocorreu após a maior processadora de carnes do mundo divulgar resultado acima das expectativas para o terceiro trimestre, com um prejuízo de R\$ 133,5 milhões. A companhia também reafirmou o plano de realizar o IPO da unidade dos EUA.

A Vale, que tem grande peso no Ibovespa, fez pressão negativa ao cair 1,97%, acompanhando pares na Europa que sofreram com preocupações sobre desaquecimento da demanda da China, grande consumidor de metais do mundo.

As maiores Bolsas globais voltaram a cair nesta quarta. O Dow Jones, principal índice de Nova York, perdeu 0,81%, enquanto o S&P 500 cedeu 0,76%. O índice de tecnologia Nasdaq recuou 0,90%.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 15/11/2018

Seção: Colunas

Autor: Celso Ming

Título: Solavancos nos preços do petróleo

As impressionantes oscilações dos preços do petróleo no mercado internacional (veja o gráfico) produzem uma grande perplexidade e passam importante recado aos brasileiros. Primeiramente, aos fatos e, depois, ao resto. Há apenas um mês, o preço do barril tipo Brent (que é negociado em Londres) passava dos US\$ 80. No fechamento do mercado de terça-feira, desabou para os níveis mais baixos dos últimos sete meses, a US\$ 65,58 por barril, queda de 5,4% sobre as posições de fechamento do dia anterior e de 22,9% em relação ao pico das cotações, em 3 de outubro. A pequena recuperação desta quarta-feira deve ser entendida como mero ajuste a eventuais exageros do dia anterior, mas não garante o início da recuperação. A enorme volatilidade dos preços já é, por si só, comprovação de que o mercado pouco sabe do terreno onde está pisando e no qual despeja tanto dinheiro.

A escalada anterior foi interpretada como o resultado da atuação de três fatores: excelente desempenho da economia norte-americana e relativamente bom desempenho da economia europeia e chinesa, condições que tendem a manter alto o consumo e, consequentemente, os preços; perspectiva de imposição de boicote comercial ao Irã, 3.º maior produtor, que produziria

impacto sobre a oferta global; e quedas de produção da Venezuela e da Nigéria, que também reduziram a oferta e, portanto, puxaram os preços para cima. De lá para cá, algo puxou a prancha altista em que surfaram os analistas e conspirou para a derrubada dos preços. Os aumentos da produção da Arábia Saudita e da Rússia mais do que compensaram a queda da oferta. A alta anterior permitiu que os produtores de petróleo e (gás) de xisto (shale oil) dos Estados Unidos batessem recorde de produção em dezembro para 11 milhões de barris diários. E o presidente Donald Trump repentinamente afrouxou as sanções contra o Irã ao permitir que continuasse a vender petróleo para a China e para a Índia. O balanço é hoje o da existência de um excedente no mundo da ordem de 1 milhão de barris por dia.

Ou seja, o mercado enfrenta estoques equivalentes a cerca de 10% do consumo. A economia mundial, principalmente da Europa, passa sucessivos sinais de perda de vigor. Para março, está previsto o divórcio da Grã-Bretanha com a União Europeia. Seja qual for o desfecho das negociações, o Brexit deverá produzir turbulências e toda a cadeia de suprimentos deverá ser atingida, com impacto inevitável sobre o mercado do petróleo. É nesse climão de forte achatamento de preços que o cartel da Opep se reunirá na primeira semana de dezembro para examinar o que fazer. Diante de quedas bem menos acentuadas de preços, a decisão no passado foi cortar a produção. De olho no que possa acontecer nessa reunião, o presidente Trump botou o colherão dele nessa panela. Segunda-feira tuitou ele:

“Tomara que a Arábia Saudita e a Opep não cortem sua produção. Os preços devem ficar bem mais baixos, com base na maior oferta”. Essa pressão deixa sem resposta algumas perguntas implícitas: até que ponto a Opep tem bala para despejar mais petróleo no mercado de maneira a satisfazer Trump e de quanto teria de ser a oferta (e os estoques) para chegar ao preço desejado? A grande perplexidade mencionada na abertura deste texto diz respeito à impressionante incapacidade dos analistas, consultores e observadores internacionais de prever, com um mínimo de confiabilidade, o comportamento de um mercado tão extenso e tão importante quanto o do petróleo. Afinal, nenhum dos fatos que derrubaram os preços foi consequência do choque devastador de um asteroide contra o orbe terrestre.

Também não aconteceu tsunami colossal nem outro cataclismo imprevisível. E, no entanto, as oscilações de preços em período tão curto foram imensas. E o recado aos brasileiros é o de que também não é possível garantir a tal previsibilidade que se pretendeu exigir da Petrobrás quando da fixação dos preços da gasolina e do óleo diesel. Não foi o que cobraram os caminhoneiros por ocasião das paralisações de maio? Nesta quarta-feira, a Petrobrás reduziu em mais 3% os preços da gasolina. E mais cortes internos de preços devem voltar a acontecer e, nisso, ajudarão a conter a inflação.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 15/11/2018****Seção: Economia****Autor: Ricardo Leopoldo****Título: Sem privatizar Eletrobrás, União terá de cortar R\$ 12 bi**

O secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, afirmou que sem a privatização da Eletrobrás, o novo governo precisará cortar R\$ 12 bilhões do Orçamento de 2019, dado que tais recursos são considerados na proposta de receitas e despesas feita pela administração Michel Temer para o próximo ano: “A privatização da Eletrobrás é uma questão de diálogo entre o atual governo e a administração eleita. Trata-se de uma decisão política”. “Para mim, a privatização da Eletrobrás é uma solução ganha-ganha, inclusive porque o governo federal não dispõe de recursos para aplicar no setor.”

Mansueto manifestou muita confiança na expansão do setor de energia no País nos próximos anos, com a possibilidade do avanço de investimentos, e destacou que o tema que trata das negociações sobre a cessão onerosa envolvendo a Petrobrás e o governo federal devem ser concluídas em 2019. Ele fez os comentários no evento do Bradesco BBI para investidores internacionais em Nova York. O secretário afirmou que se o novo governo aproveitar a proposta da reforma da Previdência da administração Temer, que tramita na Câmara, “poderá economizar cinco meses” para ter a aprovação dessa mudança estrutural pelo Congresso. E ponderou que a apresentação de um novo texto para a Previdência empurraria a aprovação para o segundo semestre. “Se utilizar a proposta que está na Câmara, a reforma pode ser aprovada no primeiro semestre.

Isso ocorre porque, com a aprovação da proposta na Câmara, ela vai para o Senado e poder ser modificada amplamente a partir daquele ponto”, destacou. Importante. “Por outro lado, se o novo governo fizer uma proposta desde o início, a reforma só será aprovada pelo Congresso no segundo semestre de 2019”, apontou o secretário. Ele afirmou que é “muito importante” para o novo governo aprovar a reforma da Previdência no próximo ano. Para ele, o País sofrerá sem as mudanças nas regras previdenciárias, dado que é um dos principais problemas estruturais das contas públicas federais.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 15/11/2018****Seção: Política****Autor: Leonencio Nossa / BRASÍLIA****Título: Lorenzoni fala em criar Ministério da Cidadania**

Segundo futuro chefe da Casa Civil, pasta vai juntar Trabalho e Desenvolvimento Social

O deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS), indicado para chefiar a Casa Civil no governo de Jair Bolsonaro, afirmou ontem que a equipe de transição estuda a criação do Ministério da Cidadania e Trabalho. A pasta aglutinaria as estruturas atuais dos Ministérios do Trabalho, do Desenvolvimento Social e dos Direitos Humanos, além da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad, que atualmente faz parte da Justiça).

Entre as atribuições da nova pasta estariam a administração do programa Bolsa Família, do conselho curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e das superintendências e agências regionais do trabalho nos Estados e ainda a fiscalização do trabalho escravo. "Pelo desenho, o ministério reuniria trabalho, desenvolvimento social, combate às drogas e direitos humanos", disse Lorenzoni, que também é o coordenador do grupo de transição nomeado pelo presidente eleito.

O nome do titular que cuidará da pasta não foi definido. Um dos primeiros cogitados para a vaga foi o senador e candidato derrotado à reeleição Magno Malta (PR-ES). Logo depois do segundo turno, Malta procurou Bolsonaro para pressionar por um espaço na equipe. O presidente eleito chegou a gravar um vídeo para afirmar que o senador derrotado estaria no seu governo. Auxiliares disseram que Malta assumiria uma pasta que se chamaria Ministério da Família.

O senador, porém, enfrenta resistências de parte da equipe de Bolsonaro, especialmente dos militares da reserva. Generais ligados a Bolsonaro afirmam que, na pré-campanha, Malta não teria se esforçado dentro do PR para ser o candidato a vice na chapa presidencial. Ainda na avaliação deles, o senador não "agregaria" no trabalho de equipe e teria potencial de causar problemas políticos. Aliados de Bolsonaro na bancada evangélica também disseram ao presidente eleito que não fazem questão da escolha de Malta.

Infraestrutura. O general da reserva Oswaldo Ferreira desistiu de assumir o Ministério da Infraestrutura, montado a partir da junção das áreas de Transportes, Portos, Aviação Civil, ferrovias, saneamento, recursos hídricos e mobilidade urbana.

Com a desistência de Ferreira, o novo nome pensado para a pasta é o do também general da reserva Jamil Megid Júnior, nomeado na terça-feira para a equipe de transição de Bolsonaro. **Infraestrutura não englobará Minas e energia, que permanecerá independente. O nome mais cotado é o de Paulo Pedrosa, ex-secretário executivo da própria pasta.** / COLABOROU TÂNIA MONTEIRO

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 15/11/2018****Seção: Economia****Autor:****Título: Guedes promete dividir com Estados recursos do megaleilão do pré-sal**

Crise estadual. União espera levantar mais de R\$ 100 bi com oferta de blocos, mas não há hoje nenhuma obrigação de repartir o dinheiro com governos regionais; segundo o presidente do Senado, projeto que destrava leilão deve ser votado na semana que vem

O futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, fez o primeiro aceno aos governadores eleitos e prometeu dividir os recursos que devem ser obtidos no megaleilão do pré-sal com Estados e municípios. A arrecadação com a venda dos blocos é estimada em R\$ 100 bilhões, dinheiro que é considerado importante para reduzir o déficit das contas federais e agora é cobiçado pelos Estados em tempos de grave crise fiscal e de cofres vazios. O compromisso de Guedes foi anunciado pelo presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE), durante o evento que reuniu o presidente eleito Jair Bolsonaro, 19 governadores eleitos e um vice-governador para discutir os problemas estaduais. Os sete eleitos ausentes são de Estados do Nordeste. O apelo mais comum entre os presentes foi a necessidade de dinheiro novo para os Estados e de outra renegociação de dívidas.

Eunício prometeu colocar em votação na semana que vem o projeto que abre caminho para a realização do leilão da cessão onerosa. O texto já foi aprovado na Câmara. Otimista, ele chegou a dizer que a medida pode render ainda mais, até R\$ 130 bilhões. Parte do dinheiro, no entanto, é devida à Petrobrás por conta da renegociação do contrato de cessão onerosa firmado com a União em 2010. O governador eleito do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), afirmou que ainda não há definição sobre qual fatia dos recursos seria repassada aos Estados e municípios, mas assegurou que não se trata de mera promessa do futuro governo. “Houve compromisso (de Guedes), ficou muito claro”, disse. Não há hoje nenhuma regra ou lei que vincule o ingresso desses recursos a um repasse obrigatório a Estados e municípios.

Segundo apurou o Estadão /Broadcast, há o temor no governo de que o Senado tente alterar o texto atual para destinar parte do dinheiro aos fundos de participação de Estados (FPE) e Municípios (FPM), o que atrasaria a tramitação, uma vez que levaria a uma nova votação na Câmara. Apesar do aceno positivo, o presidente eleito avisou que será preciso adotar “medidas amargas” para evitar que o País passe pelos mesmos problemas da Grécia. O país europeu precisou cortar aposentadorias e benefícios após uma grave crise. Um dos

idealizadores do fórum realizado ontem, o governador eleito de São Paulo, João Doria (PSDB), disse que o apoio dos Estados à reforma da Previdência “é integral”.

Quando o atual presidente Michel Temer tentou emplacar sua proposta, parte dos governadores trabalhou contra a aprovação. O futuro governador paulista avisou, porém, que a União “não pode virar as costas aos Estados” e afirmou que a renegociação das dívidas será parte do pacto selado com os governos regionais. Reeleito por um partido da oposição, o governador do Piauí, Wellington Dias (PT), também reconheceu a necessidade de mudar as regras de aposentadoria e pensão no Brasil e defendeu que Bolsonaro apresente uma nova proposta. “A eleição terminou, os governadores do Nordeste vão trabalhar com Bolsonaro.” / IDIANA TOMAZELLI, ADRIANA FERNANDES, ANNE WARTH, EDUARDO RODRIGUES, VERA ROSA, JULIA LINDNER, LEONENCIO NOSSA, LORENNNA RODRIGUES, TÂNIA MONTEIRO

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 15/11/2018

Seção: Economia

Autor: Rosana Hessel

Título: Queda do petróleo afeta contas públicas

O presidente eleito, Jair Bolsonaro, vai ter que lidar com frustrações na arrecadação tributária no próximo ano. A receita com royalties do petróleo, que tem dado contribuição positiva neste ano, pode não alcançar o volume esperado em 2019, caso o preço internacional do produto continue em queda. Se o barril ficar em torno de US\$ 60 no ano que vem, como indicam projeções do mercado, o ganho com royalties pode encolher em R\$ 12,3 bilhões, considerando os níveis atuais de produção, de acordo com as contas do economista Gabriel Leal de Barros, diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI).

O Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) de 2019, que está em tramitação na Comissão Mista de Orçamento (CMO) do Congresso Nacional trabalha com o petróleo a US\$ 74 o barril. Só que, em meio ao aumento da oferta global e às perspectivas de desaceleração da economia internacional, o barril chegou a US\$ 65 na última terça-feira. Com isso, especialistas admitem que o preço médio previsto pelo governo pode não se concretizar no ano que vem.

“O petróleo é muito volátil, e essas surpresas geopolíticas não se podem controlar”, explicou o economista Adriano Pires, diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), que prevê valor médio de US\$ 70 para o petróleo em

2019. Segundo ele, caso o preço do barril caia mais, a maior prejudicada será a Petrobras, que registrou lucro líquido de R\$ 23,7 bilhões nos primeiros nove meses deste ano, o melhor resultado desde 2011. Mas ele acredita que o governo poderá não perder tanta receita com royalties se a produção continuar crescendo no ritmo atual.

“Atualmente, o país produz 2,5 milhões de barris por dia, e deve chegar a 4 milhões, em 2022. Parte da queda da receita dos royalties poderá ser compensada se a produção mantiver esse ritmo de crescimento”, apostou ele, destacando que o consumidor é quem levará mais vantagem. “A gasolina vai ficar mais barata, porque, agora, os preços são regulados pelo mercado externo”, frisou.

Problemas à frente

Conforme os dados do Relatório de Receitas do Ploa, a arrecadação com royalties do petróleo e participações somou R\$ 36 bilhões, em 2017, e deverá chegar a R\$ 60,4 bilhões neste ano, um salto de 67,7%. Para 2019, a expectativa é de uma alta de 23%, para R\$ 73,3 bilhões. Essa é uma das principais receitas extraordinárias previstas no projeto, e um dos fatores em que se baseia a estimativa de crescimento de 6% na arrecadação federal — acima da alta prevista para o PIB, de 2,5%.

Especialistas lembram que, como mais de 90% das despesas do Orçamento são obrigatórias, o governo é cada vez mais dependente de receitas extras para fechar as contas, que estão no vermelho desde 2014. “Depender de receita não recorrente é como depender da sorte”, alertou André Perfeito, economista-chefe da Spinelli.

Um estudo feito pela IFI mostra que o quadro fiscal pode ficar ainda pior, se considerarmos o que os economistas chamam de elasticidade da receita tributária em relação ao PIB. No passado, a taxa de crescimento médio da arrecadação estava em torno de 1,1 acima do PIB; nos anos recentes, tem sido inferior a 0,5. Isso significa que a receita não responde mais com a mesma intensidade ao crescimento da economia. “A diminuição da elasticidade é reflexo da recessão e da redução da participação da indústria no PIB. O setor é o mais tributado pelo governo. O aumento da conta de subsídios também tem ajudado a entender esse recuo”, explicou Leal de Barros.

Os analistas também reforçaram a preocupação em relação às pautas bombas do Congresso, pois elas dependem de receitas extraordinárias para serem cobertas. Eduardo Velho, economista-chefe da GO Associados, calculou que apenas o reajuste de 16,55% do Supremo Tribunal Federal (STF), a renúncia fiscal com o programa de apoio à indústria automobilística, o Rota 2030, e a

prorrogação da isenção do Imposto de Renda para investimentos de empresas no Centro-Oeste devem contribuir para elevar o deficit em até R\$ 15 bilhões em 2019.

Os analistas também demonstram preocupação com uma das promessas de campanha de Bolsonaro — a de elevar a isenção do Imposto de Renda Pessoa Física (IRF) para quem ganha até cinco salários mínimos. Pelas contas de técnicos do governo, a perda anual de receita será de R\$ 60 bilhões a R\$ 70 bilhões. Eles citam também o projeto de lei que tramita no Congresso e obriga a União a pagar anualmente R\$ 39 bilhões aos entes federativos para compensar a isenção do ICMS nas exportações.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 15/11/2018

Seção: Economia

Autor: Marília Sena

Título: Gasolina baixa só na refinaria

A Petrobras continua anunciando redução no preço da gasolina. A partir de hoje, o produto será vendido a R\$ 1,60 por litro para as distribuidoras. A queda reflete a redução das cotações do petróleo no mercado global. O produto tipo Brent, por exemplo, voltou ao patamar de novembro do ano passado, de US\$ 65,97 por barril. Entretanto, o consumidor não tem se beneficiado inteiramente da diminuição de custos. Em Brasília, nos trinta postos percorridos regularmente pelo Correio, a gasolina caiu apenas 0,03 ponto percentual, em média, desde a semana passada

O litro do combustível, no Distrito Federal, custa entre R\$ 4,39 e R\$ 4,99. Os consumidores reclamam da situação. “Desde o início das reduções na refinaria, não há diferença nos valores do combustível. Eu só encontro gasolina barata porque venho ao local que está vendendo por R\$ 4,39”, disse o aposentado Marco Antônio Silva. “Abasteço só de 15 em 15 dias e evito usar muito o carro”, explicou.

Segundo o economista-chefe da Confederação Nacional do Comércio de Bens (CNC), Fábio Bentes, é normal que a redução do valor da gasolina demore a chegar às bombas. A Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e de Lubrificantes informou, em nota, que o repasse não acontece na mesma velocidade e proporção. “Como os postos de combustíveis não podem comprar das refinarias, eles só conseguem diminuir os preços quando as companhias distribuidoras eventualmente os reduzem”, diz a nota.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data: 15/11/2018****Seção: Economia****Autor: Simone Kafruni****Título: Duas MPs tratam da venda da Amazonas**

Em mais uma tentativa de viabilizar a privatização da distribuidora Amazonas Energia, cujo leilão está marcado para 27 de novembro, o governo editou ontem, não uma, mas duas medidas provisórias (MPs). A primeira, MP 855, pretende garantir atratividade à companhia ao dar um fôlego de cinco anos para resolução dos principais entraves. A segunda é uma espécie de colchão, caso nada der certo. Se não for arrematada no certame, a Amazonas será liquidada em 31 de dezembro de 2018; por isso, a MP 856 estabelece condições para contratação de um prestador temporário do serviço até que o futuro da distribuidora seja definido.

Como a Amazonas não cumpre as regras de eficiência e qualidade de atendimento impostas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a MP 855 melhora as condições de venda ao permitir ressarcimento de até R\$ 6,5 bilhões para cobrir as despesas de descumprimento das metas. Além disso, o texto determina que o fundo setorial Reserva Global de Reversão (RGR) poderá transferir até R\$ 3 bilhões para Eletrobras referente aos recursos que gastou com a Amazonas. Se o fundo não tiver dinheiro, a MP autoriza cobrança nas tarifas dos consumidores. Tais recursos serão repassados como empréstimo por cinco anos corrigido pela Selic.

Prejuízo

Na opinião de João Santana, ex-ministro da Infraestrutura, o governo está fazendo um enorme esforço para resolver a questão, porque o prejuízo será para todos. “A neutralidade econômica foi uma medida essencial para que os compromissos do regime anterior não sejam assumidos pelo investidor. O setor privado não é a Santa Casa de Misericórdia”, afirmou. No entanto, o especialista teme que, mesmo assim, não haja interessados na companhia. “A insegurança jurídica é grande. Se não for aprovada pelo Congresso, uma MP pode caducar”, alertou.

Além do fôlego de cinco anos, o operador que arrematar a distribuidora também não vai precisar cumprir os limites de reembolso da conta de custos com combustíveis das termelétricas, chamada CCC. Para Alberto Sogayar, sócio da área de infraestrutura do L.O. Baptista Advogados, o grande problema da Amazonas é o rombo da CCC. “A MP dá possibilidade de os fundos cobrirem isso até R\$ 3 bilhões. Sem isso, a empresa é absolutamente inviável”, explicou.

Segurança jurídica

Miguel Neto, sócio-sênior do Miguel Neto Advogados, lembrou que o Congresso já mandou mensagem no passado, quando o Senado derrubou um projeto de lei (PL 3418/2018) que tratava do mesmo assunto. “Acho que a MP 855 pode ter dificuldade para ser renovada”, assinalou. Sem a segurança jurídica da medida, o advogado está cético quanto à atratividade para os investidores.

O governo está ciente da dificuldade que tem pela frente, tanto que editou a MP 856, que dá liberdade para Aneel buscar uma solução alternativa na hipótese de a Amazonas ser liquidada. “Essa MP paralisa, se o leilão for um sucesso. Nunca vi algo neste sentido, mas é uma ferramenta para o próximo governo fazer uma nova licitação em moldes aceitáveis”, disse Sogayar. Para ele, o esforço do governo mostra “o interesse real do governo” em privatizar a Amazonas. “E, assim que cair a liminar, vender também a Ceal (Companhia Energética de Alagoas, cuja privatização foi suspensa judicialmente)”, acrescentou.

MME / ASCOM .